



Sidnei Beneti

Desembargador do Tribunal de
Justiça do Estado de São Paulo.

AÇÃO MONITÓRIA

A produção de peças processuais. - O procedimento monitorio, é o mais simples e dinâmico instrumento de cobrança de cumprimento de obrigações já criado pela ciência processual, é um dos principais agentes da celeridade judiciária no mundo, pois permite o andamento fácil das numerosas espécies de direitos a que a pretensão se destina, reservando-se energias judiciárias para os casos de maior complexidade.

Na Alemanha o monitorio (“Mahnverfahren”), na estimativa do Prof. SCHWAB¹, é responsável por cerca de 5 milhões de casos anuais, os quais chegam a aproximadamente 90% dos processos, na estatística consignada pelo “Münchener Kommentar”².

Parte do sucesso da ação monitoria na Alemanha deve-se a padronização da instrumentalização, por intermédio de formulários, principalmente da petição inicial, os quais são vendidos em papelerias comuns, constando de impressos em folhas de

¹ KARL-HEINZ SCHWAB, “Einführung, em Zivilprozessordnung”, ed. DTV, 1987, pág. 12.

² “Münchener Kommentar”, ver números em RJE 16. TASP 3/73.

formulário-contínuo, para alimentarem os computadores dos escritórios dedicados às cobranças, e dos provimentos judiciais, a cargo de agente judiciário especial, próximo ao Juiz, mas não integrante da Magistratura.³

O processamento do “Mahnverfahren” realiza-se, no Judiciário estrangeiro, por meios automáticos (“Maschinelle Bearbeitung”)⁴, reservado o exame individualizado aos casos que se afastem da regra geral, em que se inserem os grandes números. As vantagens, para advogados, magistrados e, sobretudo, jurisdicionados, são evidentes, de modo que se prescinde da fastidiosa enunciação.

Com a instituição da ação monitória no sistema processual civil brasileiro (Lei 90079, de 14/07/95), surge, também entre nós, a necessidade da padronização, para que o instrumento processual tenha sucesso e possa efetivamente colaborar para a melhoria do sistema de prestação de justiça no que compete ao Poder Judiciário.

Como ocorreu com a implantação dos Juizados Especiais de Conciliação e Pequenas Causas, ao ensejo da promulgação da Lei 7.244 de 07/11/84, é preciso, para a utilidade da ação monitória, seja ela vista com os olhos diversos do formalismo processual comum, que tantos males já causou à prestação jurisdicional. Deve ser banido o preciosismo, a começar da forma escrita — sem cair, evidentemente, no mal oposto, o inconsequente novadismo formal e terminológico que costumeiramente desacredita a criatividade.

A padronização cautelosa e segura, que preserve os direitos dos litigantes e a segurança do conhecimento processual é, nesse momento da realidade judiciária brasileira, absolutamente necessária para que se dê o grande passo à frente, já realizado por outros sistemas judiciários no mundo.

Vão, aqui, alguns modelos atinentes ao procedimento da ação monitória, passando-se a aguardar as necessárias providências para a confecção e venda de formulários pelos escritórios e papelarias, bem como para a automatização informática, pelos Tribunais de Justiça.⁵

Espera-se possa vir a necessária padronização, para a real utilidade da ação monitória, o desejável, para que se realize, na prática, a ação monitória, “um quase milagre da ciência processual, a resgatá-la do obscurantismo formalista que tantas vezes a torna instrumento de não realização da Justiça”.⁶

³ O “Rechtspfleger”, funcionário cursando, cujas atribuições foram alargadas pela Lei de Simplificação Processual (“Vereinfachungsnovelle”, de 1967).

⁴ “Maschinelle Bearbeitung”, ZPO, par. 703.

⁵ Os Tribunais de Justiça precisam agir com especial urgência, determinação e entrosagem, para, observadas as diferenças regionais em campos secundários de impressos, evitar a indesejada dispersão de modelos nos campos essenciais, e impedir a consequente dificuldade de manuseio.

MODELO 1 - Ação Monitória - Petição Inicial 1.⁷

Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da Vara Cível Distribuída

O(a,os,as) requerente(es) a seguir nomeado(a,os,as), por intermédio de seu Advogado, vem(êm) mover ação monitória contra o(a,os,as) requerido(a,os,as) também a seguir nomeado(a,os,as), expondo as seguintes informações:

1) Requerente(s):

Nome(s): _____

RG(se pessoa física)_____ CGC ou CPF: _____

Rua/Av. _____ nº _____ Ap: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

2) Requerido(s):

Nome(s): _____

RG(se pessoa física)_____ CGC ou CPF: _____

Rua/Av. _____ nº _____ Ap: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Causa de pedir (negócio realizado) _____

⁶ SIDNEI AGOSTINHO BENETI, 'Ação Monitória na Reforma Processual', em "Revista de Jurisprudência Escolhida do I.TASP" 3/73.

⁷ O modelo é o impresso do "Mahnverfahren" alemão, na forma padronizada, estabelecida pelo 2PO, par. 703c. Foram feitas as necessárias adaptações ao sistema processual nacional.

4) Prova documental (anexa): _____

5) Pedido em dinheiro: Valor originário: _____

Data do débito: _____ Cor.mon. a partir de: _____

Taxa de Juros: _____ Juros a partir de: _____

Outra(s) exigência(s): _____

Pedido(s) de outra natureza: _____

6) Valor da causa (atualizado à data do ajuizamento da presente ação): _____

Requer(em) a expedição de mandado monitório inicial para pagamento ou entrega do(s) bem(ns), no prazo de 15 (quinze) dias, ficando o(a,os,as) requerido(s) isento(s) de custas e honorários advocatícios, no caso de cumprimento e de não oferecimento de embargos, ainda no prazo referido, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo, prosseguindo-se na forma prevista no Livro II, Título II, Capítulos II e IV, do Cód. de Proc. Civil. Protesta-se por provas documental, testemunhal e pericial.

Nestes termos, pede(m) deferimento.

_____, _____ de _____ de 19 _____

P.P. o Adv _____

Nome legível:

OAB N^o _____ CPF N^o _____

MODELO 2 - Ação monitoria - Despacho inicial (CPC, art. 1.102-A).⁸

Vistos,

1) A pretensão visa ao cumprimento de obrigação adequada ao procedimento 1 e vem em petição devidamente instruída por prova escrita (cf. doc. fls _____), sem eficácia de título executivo, de modo que a ação monitoria é pertinente (CPC, art. 1.102a).

2) Defiro, pois, de plano, a expedição do mandado, com o prazo de 15 dias, nos termos pedidos na inicial (CPC, art. 1.102b), anotando-se, nesse mandado, que, caso o réu o cumpra, ficará isento de custas e honorários advocatícios (CPC, art. 1.102c, 1º), fixados, entretanto, estes, para o caso de não cumprimento, no valor de _____.

3) Conste, ainda, do mandado, que, nesse prazo, o réu poderá oferecer embargos e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos, “constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial” (CPC, art. 1.102c).

4) Proceda-se pela forma posta (CPC, art. 221, I).

Int. e cumpra-se.

⁸ (a) O despacho inicial (CPC 285), que se qualifica como decisão interlocutória (CPC, art. 162, 2º), deve ser fundamentado, ainda que de modo conciso (CPC, art. 265), para atender ao disposto na Constituição Federal (art. 93, IX). Não necessita, contudo, de relatório, motivação e conclusão, na forma de sentença (CPC, art. 458), que, enquanto despacho liminar positivo, não é, embora, “ope legis” (CPC, art. 1.102b, 2ª parte), o mandado de converta em título executivo, à ausência de embargos.

(b) CPC, art. 1.102a: “A ação monitoria compete a quem pretender, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa fungível ou de determinado bem imóvel” (CPC, art. 1.102a).

MODELO 3 - Ação monitória - Mandado cumprido no prazo de 15 dias - Sentença (CPC, ART. 1.102c, 2º).

Vistos,

1) _____ moveu ação monitória contra _____, com fundamento no art. 1.102a do Cód. de Proc. Civil.

2) Citado, o réu cumpriu o mandado no prazo legal, como expressamente admitiu o autor, ouvido a respeito (fls. _____).

É o relatório.

3) Diante do cumprimento do mandado, julgo extinto o processo e isento o réu do pagamento de custas e honorários advocatícios (CPC, ART. 1.102C, 1º).

P.R.I. Certificada a inexistência de recursos, arquivem-se.

MODELO 4 - Ação Monitória - Mandado não cumprido e embargos não oferecidos, no prazo de 15 dias (CPC, art. 1,102C, 2a. Parte).⁹

Vistos,

1) Não cumprido o mandado e não oferecidos embargos, constituiu-se, “ex-vi legis”, o título executivo judicial.

2) Convertido, também “ex-vi legis”, o mandado inicial em mandado executivo (CPC, art. 1.102c, 2a. parte), prossiga-se, no mesmo mandado, na forma prevista na Lei (CPC, ART. 1.102c)

3) Int. e requeira o autor a execução, na forma adequada.

⁹ *O prosseguimento dar-se-á em uma de duas formas de execução, isto é, a execução por quantia certa contra devedor solvente (CPC, art. 646) ou a execução para entrega de coisa certa (CPC, art. 621), conforme se tratar de ação monitória para pagamento ou para entrega de coisa (CPC art. 1.102a).*

MODELO 5 - Ação monitória - Embargos do réu - Despacho inicial (CPC, ART. 1.102C, 2º).

1) No prazo, recebo os embargos, juntando-se aos autos e processando-se pelo procedimento ordinário (CPC, art. 1102c e 2º)

2) Ao autor, para impugnação, no prazo de 15 dias, estabelecido para o procedimento ordinário (CPC, ART. 297).

Int.

**MODELO 6 - Ação Monitória - Embargos do réu - Sentença -
Procedência - Dispositivo (CPC, art. 1.102c).**

.....

5) Ante o exposto, acolho os embargos oferecidos pelo réu e julgo improcedente a ação monitória, condenando o autor ao pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que, à ausência de condenação, por equidade (CPC, art. 20, 4º), fixo no valor, atualizado à data de hoje, de _____. As verbas serão corrigidas monetariamente, na forma da Lei 6.899, de 8/04/81.

MODELO 7 - Ação monitória - Embargos do réu - Sentença - Rejeição - Dispositivo (CPC, art. 1.102c, 3º).¹⁰

.....

5) Ante o exposto, rejeitado os embargos do réu (CPC, art. 1.102C, 3º), julgo procedente a ação monitória, constituindo, de pleno direito, o título executivo judicial, consistente, nos termos constantes da petição inicial, em _____ bem como condenando o réu ao pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que, com fundamento no art. 20, 3º, do Cód. de Proc. Civil, fixo em ____% do valor de condenação(1), devendo os valores serem corrigidos monetariamente na forma da Lei 6.899, de 8/04/81.

6) Intimo se o devedor, no prazo de 24 horas, pagar ou nomear bens à penhora, prosseguindo-se na forma da execução por quantia certa contra devedor solvente (CPC, art. 652 e seguintes)(2).

¹⁰ (a) *Ou, no caso de condenação a entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel, em valor fixo, estabelecido por equidade, na forma (CPC, art. 20, 4º).*

^(b) *Ou, no caso de condenação a entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel, para "dentro de dez dias, satisfazer a obrigação, ou, seguro o juízo (art. 737, II), apresentar embargos"(CPC, art. 621).*